

Águas do Ribatejo duplica Capital Social e garante exclusividade dos municípios

3 de Setembro, 2018

A Assembleia-Geral da Águas do Ribatejo (AR) aprovou, em sessão realizada no dia 27 de junho, um aumento do capital social da empresa dos atuais € 6.871.681 para € 13.743.362, e uma alteração dos estatutos da sociedade de modo a manter o capital em exclusivo na posse dos municípios.



Pedro Ribeiro, presidente da Câmara Municipal de Almeirim e presidente da Assembleia Geral da AR

Este foi o culminar de um longo processo que implicou, numa primeira fase, um trabalho aturado de discussão e preparação desta operação e, numa segunda fase, a apreciação e aprovação da mesma por parte das Câmaras e Assembleias Municipais dos sete municípios que integram a AR: Almeirim, Alpiarça, Benavente, Chamusca, Coruche, Salvaterra de Magos e Torres Novas.

“Este aumento de capital será efetuado através da incorporação de reservas, isto é, por via dos resultados gerados pela empresa ao longo dos anos e que os municípios sempre entenderam dever servir para reforçar a capacidade da empresa para dar resposta às necessidades das populações”, explica Pedro Ribeiro, presidente da Câmara Municipal de Almeirim e presidente da Assembleia Geral da AR.

Francisco Oliveira, presidente do Conselho de Administração da AR, e da Câmara Municipal de Coruche, refere que “o reforço do capital social da Sociedade é um sinal de confiança dos municípios acionistas, sendo igualmente importante nas relações que a AR estabelece com terceiros”.



Francisco Oliveira, presidente do Conselho de Administração da AR, com o ministro do Ambiente, João Matos Fernandes

O administrador acrescenta que com esta operação será reforçada a credibilidade da empresa municipal junto do exterior e haverá uma melhoria das condições de financiamento dadas pelas instituições financeiras”. “Na prática a AR irá conseguir empréstimos mais vantajosos, o que se irá traduzir numa maior capacidade de investimento”, conclui.

A confiança dos municípios na empresa e a convicção de que esta solução de gestão conjunta e integrada dos serviços de abastecimento e saneamento nos vários concelhos é, de facto, aquela que melhor defende os interesses dos

cidadãos, foi um dos principais motivos para proceder à alteração dos Estatutos da empresa.

A AR investiu mais de 130 milhões de euros em infraestruturas e equipamentos nos sistemas de abastecimento de água e tratamento de águas residuais. As obras foram financiadas por fundos comunitários ao abrigo dos programas POVT e POSEUR Portugal 2020 mas, segundo a administração exigiram um elevado esforço da empresa para garantir a componente nacional.

No balanço de 10 anos de existência da AR, Francisco Oliveira conclui que “esta foi a melhor opção para o conjunto dos sete municípios e para os 75 mil clientes e 150 mil consumidores que vivem numa área de 3240 k2 onde a AR garante água de qualidade e um tratamento eficaz das águas residuais”.